

Rede questiona autorização para reajuste de planos de saúde

02/06/2022

O partido Rede Sustentabilidade ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma arguição de descumprimento de preceito fundamental contra o reajuste de 15,5% dos planos de saúde individuais ou familiares para 2022, autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O relator da ação é o ministro Dias Toffoli.

123RF



123RF Partido alega que aumento dos preços terá consequências sanitárias e econômicas

Na ação, a Rede sustenta a gravidade histórica do reajuste, o maior em 22 anos e cerca de 70% acima da inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Também destacou os efeitos sanitários e econômicos da medida, citando o momento de crise decorrente da pandemia da Covid-19 e da diminuição da renda média da população.

Segundo o partido, a medida vai sobrecarregar ainda mais o Sistema Único de Saúde (SUS), em detrimento da qualidade da prestação dos serviços de saúde pública. "Serão mais pessoas à espera de leitos públicos para quaisquer procedimentos médicos, à espera de uma simples consulta ou afins".

A Rede alega ainda que há inércia do governo em frear os aumentos no setor de saúde suplementar, uma vez que o Estado pode intervir no domínio econômico. Na sua avaliação, a autorização do aumento não observou o mínimo existencial dos direitos fundamentais à saúde e à vida, além de desprezar o princípio da dignidade humana. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

ADPF 980

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-jun-02/rede-questiona-autorizacao-reajustes-planos-saude/>